

Requerimento de Sessão 46/2026

Protocolo 42888 Envio em 25/02/2026 20:45:53

Requer ao sr. Prefeito Municipal, informações sobre a elaboração de um cronograma de normalização dos serviços de manutenção urbana e zeladoria que foram suspensos ou reduzidos durante o período de contenção de gastos.

Excelentíssimo Senhor
FABIO FERNANDO SIQUEIRA DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal
Estância Turística Paraguaçu Paulista (SP)

O Vereador que a este subscreve, nos termos regimentais vigentes, **REQUER** ao excelentíssimo sr. Prefeito Municipal, Antônio Takashi Sasada, informações sobre a elaboração de um cronograma de normalização dos serviços de manutenção urbana e zeladoria que foram suspensos ou reduzidos durante o período de contenção de gastos, para as respostas das questões:

- 1-) Quais serviços de manutenção asfáltica (tapa-buracos) e roçada de terrenos públicos foram paralisados durante a contenção e qual o cronograma para a sua normalização total? J
- 2-) Houve acúmulo de demanda represada em quais setores de infraestrutura e qual a estimativa de tempo para colocar o cronograma em dia? Relacionar e apresentar cronograma.
- 3-) Como está o estoque de insumos básicos (lâmpadas, massa asfáltica, peças de reposição para máquinas) após o período de restrição de compras? Relacionar os estoques disponíveis.
- 4-) Os contratos de prestação de serviços terceirizados que foram suspensos já foram reativados integralmente? Apresentar documentação comprobatória.
- 5-) Qual o plano de ação para evitar que a falta de manutenção durante os quatro meses resulte em danos estruturais mais caros para o município agora em 2026? Apresente ou justifique.

JUSTIFICATIVA

A estratégia de contenção de gastos, embora necessária em momentos de crise, pode transmutar-se no que a administração pública define como "economia burra" quando atinge áreas vitais de zeladoria urbana.



A interrupção ou redução drástica da manutenção preventiva gera um efeito dominó de degradação do patrimônio público; o que hoje seria resolvido com um reparo simples e de baixo custo, amanhã exigirá intervenções estruturais complexas e onerosas. Ignorar a depreciação de ativos municipais, como a malha viária e os prédios públicos, é adiar um gasto que retornará aos cofres da prefeitura com valores multiplicados pelo desgaste acumulado.

Para além do prejuízo financeiro futuro, o abandono da manutenção cotidiana impacta diretamente a qualidade de vida e a segurança da população de Paraguaçu Paulista. Ruas tomadas por buracos e fissuras elevam exponencialmente o risco de acidentes de trânsito e danos aos veículos dos contribuintes, enquanto o crescimento desordenado da vegetação em áreas públicas e terrenos baldios transforma o cenário urbano em criadouros de vetores, como o mosquito *Aedes aegypti* e animais peçonhentos. O que se economiza em serviços de roçada e tapa-buracos acaba sendo drenado pelo sistema municipal de saúde e pela queda na sensação de segurança pública nos bairros.

Portanto, é imperativo que o Poder Executivo apresente um plano de contingência para a retomada desses serviços, detalhando como pretende recuperar o tempo perdido sem comprometer o orçamento de 2026.

A administração deve demonstrar se possui a capacidade técnica e operacional para realizar um "mutirão de zeladoria" que normalize a situação da cidade sem recorrer a novas contratações emergenciais, que costumam ser mais caras. É preciso garantir que a saída do período de austeridade não seja marcada por um caos administrativo, mas por uma gestão eficiente que priorize a dignidade urbana e a preservação do patrimônio que pertence a todos os paraguaçuenses.

Palácio Legislativo Água Grande, 23 de fevereiro de 2026.

JAMILSON DE SOUZA
Vereador

